

MIGRANTES NA FRONTEIRA AGRICOLA

Foto: Arquivo do CEM



Novos rumos da migração para a Amazônia

INTRODUÇÃO

É possível que os anos oitenta marquem um ponto de inflexão nas tendências econômicas e demográficas da expansão da fronteira no Brasil. O migrante para a Amazônia, embora tenha representado apenas cerca de meio por cento do total da população brasileira na década passada, teve um papel desproporcional no pensamento político sobre o futuro do país. Caberia a ele aliviar tensões sociais e pressões populacionais nas áreas de origem, explorar os abundantes recursos naturais da fronteira e ainda garantir a segurança nacional. Assim, novos rumos da migração para a

* Donald Sawyer

Amazônia podem ter profundas implicações políticas.

Neste trabalho procuramos identificar as tendências passadas e novas de migração para a Amazônia, apontar as principais causas das mudanças ocorridas e refletir sobre as implicações políticas.(1) Baseamos a análise em dados censitários, em outros dados quantitativos e na literatura disponível.(2) Pesquisas de campo realizadas pelo Cedeplar em diversas partes da Amazônia permitiram incorporar uma dimensão mais qualitativa.

1 - FLUXO E REFLUXO DA MIGRAÇÃO PARA A AMAZÔNIA

A Amazônia é vista freqüentemente como um "vazio demográfico" progressivamente preenchido pela migração, num processo linear. Há que se lembrar, entretanto, que a ocupação econômica ou política de uma região periférica não significa, necessariamente, sua ocupação demográfica, e pode implicar o contrário. De fato, a Amazônia passou por dois momentos de significativo decréscimo de sua população total. No período colonial, as populações indígenas foram dizimadas, processo que ainda não chegou ao fim.(3) Por outro lado, à onda migratória da época áurea da extração da borracha, com destino aos altos rios, seguiu-se um esvaziamento demográfico, devido ao cultivo da seringueira na Ásia e, posteriormente, à produção industrial de sucedâneos sintéticos. Estes processos de deslocamento ou destruição de populações nativas e de refluxo migratório na periferia devido ao progresso técnico no centro têm seus paralelos modernos.

Nas décadas de 50, 60 e 70, houve uma segunda onda migratória para a Amazônia, atingindo dessa vez as franjas da floresta tropical no Maranhão, Pará, Mato Grosso e Rondônia. Junto com a migração para Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraná, constituiu um fluxo migratório no sentido de interiorização da popu-

lação brasileira. Este fluxo foi significativo, embora de segundo plano quando comparado com o fluxo principal, que implicava concentração no Sudeste e nas áreas metropolitanas.

A interiorização pode estar se esgotando, com os migrantes juntando-se cada vez mais à tendência gravitacional predominante. Os saldos migratórios para a Amazônia nunca foram grandes no contexto nacional. O crescimento absoluto do município de São Paulo na década de 70 foi por si só maior que o crescimento de toda a região Norte ou do Centro-Oeste. A migração para áreas rurais da Amazônia no mesmo período, na ordem de meio milhão, foi menor que a migração para Belo Horizonte, e não se compara com o êxodo rural no Brasil, por volta de 16 milhões.(4)

As áreas de atração e evasão se diferenciam nitidamente. Na década de 70, identificamos três faixas ou cinturões.(5) Na primeira, que inclui a maior parte do Maranhão, Goiás, sul de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o crescimento da população rural a nível microrregional havia estagnado em níveis abaixo de 3,5% ao ano, invertendo a tendência de crescimento muito rápido na década anterior. A segunda faixa, que se estende do Pará pelo norte de Mato Grosso até Rondônia, passou a taxas de crescimento acima de 6% ao ano. A terceira faixa, incluindo Amazonas e Acre, continuou com saldos migratórios negativos, como na década anterior. Cabe observar que em todas as faixas a população urbana cresceu aceleradamente.

Para a população rural e das cidades do interior, a redução do ritmo de crescimento demográfico, saldos migratórios negativos ou, no extremo, perdas de população em termos absolutos podem decorrer de várias combinações de imigração menor e/ou de emigração maior, seja para mais adiante na fronteira, para cidades dentro da região ou ainda para outras regiões. Para esta discussão, englobamos esses decréscimos relativos ou absolutos na categoria de "refluxo" demográfico.

É possível que o refluxo observado na primeira faixa represente um ciclo cuja duração fica cada vez menor. Segundo George Martine, o Paraná levou de 30 a 35 anos para se transformar de área absorvedora de população em expulsora; nossa primeira faixa levou de 20 a 25 anos e a fronteira mais recente pode levar apenas 10 a 15 anos.(6)

Embora a falta de dados atualizados dificulte o acompanhamento das tendências migratórias na década de 80, existem alguns indicadores de refluxo maior ou mais generalizado nos últimos anos. O número de migrantes para Rondônia, cadastrados no posto de triagem em Vilhena, vem diminuindo de um pico de mais de 20 mil por mês em meados de 1986, para menos de 5 mil no início de 1988.(7) A pesquisa de campo realizada pelo Cedeplar no Projeto Machadinho em meados de 1987 encontrou famílias residindo em apenas metade dos lotes distribuídos em 1984, num projeto privilegiado em termos de infra-estrutura, e detectou elevada rotatividade entre os colonos remanescentes.(8) Esse padrão de desistência e rotatividade não é um fato isolado. É possível que Rondônia, que recebeu muitos migrantes procedentes do Paraná, se torne um novo Paraná, expulsando migrantes? Para onde iriam?

A fronteira amazônica atual é uma fronteira urbanizada, não cabendo mais a caracterização da migração como rural-rural.(9) Em 1980, 51,7% da população da região Norte era urbana e 67,8% da população do Centro-Oeste, proporções estas que certamente aumentaram ao longo da década. Esta acumulação demográfica em áreas urbanas se deve a uma combinação de êxodo rural intra-regional e permanência nas cidades dos novos migrantes inter-regionais. Ressalta-se que muitos migrantes têm procedência urbana ou pelo menos alguma experiência urbana. No Projeto Machadinho em 1987, dois terços dos chefes de domicílios rurais haviam residido por mais de um ano em alguma área urbana e 10% já haviam residido na cidade de São Paulo!(10)

Foto: Arquivo do CEM

É provável que a inserção atual dos migrantes também não se separe tão nitidamente entre dois compartimentos distintos, urbano e rural. Muitos moradores urbanos têm terra e/ou trabalho rural, e muitos moradores rurais deixam parte da família na cidade ou trabalham eventualmente em atividades urbanas, combinando diferentes locais de produção e reprodução e diferentes relações de produção através de movimentos circulares.(11) Esta polivalência de semiproletário/semicamponês/semicon-ta própria é necessária por causa da precariedade das condições de trabalho e de vida na fronteira e é possível por causa da modernização dos transportes.

Outro fenômeno migratório que pode se tornar cada vez mais importante é a emigração, tanto de naturais quanto de migrantes. A emigração de naturais de áreas de fronteira, sobrepajada pelo fluxo de imigrantes mas detectável nos censos, vem acontecendo há décadas. A re-emigração ou migração de retorno é mais difícil de se detectar, mas o fato de 4% dos emigrantes que saíram de Mato Grosso na década de 70 serem encontrados no Rio Grande do Sul sugere que um movimento de refluxo já estava se configurando na década passada.(12)

O refluxo demográfico, seja por menor imigração ou maior emigração, é uma tendência geral, aparentemente crescente, que se contrapõe à tendência de fluxo que predominou a nível agregado nas décadas recentes. Não significa que não haverá crescimento populacional em determinadas áreas, como a tendência de fluxo não evitou extensas áreas de estagnação no período anterior. As áreas em que o crescimento parece mais provável são Acre e Roraima, por causa da colonização, novas áreas de garimpo e o pólo Carajás. A mineração em pequena e grande escala atrai população diretamente e cria infra-estrutura e mercados que multiplicam empregos urbanos e rurais.(13) Os investimentos públicos também influem pesadamente. Isto nos leva ao terreno das



explicações econômicas, políticas e sociais das tendências migratórias, discutidas a seguir.

2 - CAUSAS DAS NOVAS TENDÊNCIAS MIGRATÓRIAS

As causas das novas tendências migratórias são complexas, envolvendo aspectos econômicos, políticos e sociais, que incidem diferencialmente no espaço e com impactos diferentes a curto e a longo prazo. A análise das causas subsidia a previsão das tendências futuras e a escolha das respostas políticas mais adequadas.

Supomos que haja uma tendência de refluxo econômico, se não no sentido de diminuição absoluta de

investimentos ou de êxodo de capitais, ao menos em termos relativos, com menor proporção dos investimentos dirigidos à fronteira e maior parcela do crescimento nas áreas mais desenvolvidas.(14)

A análise dos fluxos e refluxos econômicos e demográficos exige que levemos em conta o Estado, cuja ação teve enorme impacto na Amazônia em décadas recentes. Embora seja fácil superestimar o papel do Estado, atribuindo a migração à propaganda oficial ou projetos específicos, sem levar em conta as raízes estruturais da migração ou as barreiras colocadas pela política fundiária, por exemplo, as ações diretas do Estado e as conseqüências indiretas, econômicas e sociais, influem

no quadro geral da migração no Brasil e nas condições específicas encontradas em espaços locais.

Pode parecer que o refluxo da migração para a Amazônia seja reflexo direto da crise econômica. Seria lógico imaginar que haja falta de dinheiro para investimento privado e público. Tanto os empresários quanto o setor público relutariam em alocar recursos escassos em investimentos de longo prazo, especialmente quando o desempenho dos projetos agropecuários e de colonização, que despertaram grandes expectativas nos anos 70, tem se mostrado decepcionante. Outros fatores conjunturais que poderiam contribuir para a retração de investimentos na fronteira incluem: cortes severos nos gastos públicos para conter o déficit, esvaziamento do "boom" especulativo, concentração de gastos públicos do novo regime em regiões de maior densidade eleitoral e, finalmente, a crescente consciência ecológica nacional e pressão internacional.

A crise econômica também pode ter diminuído o fluxo migratório na fonte. No Sul e Sudeste, a crise pode ter diminuído o ritmo da mecanização da agricultura, que expulsa migrantes. Ao mesmo tempo, pode ter estimulado a expansão da fronteira interna, como parece ter acontecido no Nordeste.(15) Por outro lado, a crise pode estimular a migração para a Amazônia por gerar desemprego e arruinar pequenos produtores urbanos e rurais.

No balanço geral, os aspectos econômicos conjunturais acima mencionados devem ter contribuído para um arrefecimento de novos investimentos na Amazônia, especialmente na agricultura e pecuária e em projetos de colonização, e para a desaceleração da migração. Entretanto, não se deve supor que a recuperação econômica levará a uma retomada da migração. Além da complexidade da relação crise-migração, há que se levar em conta, também, transformações econômicas mais profundas que podem não favorecer

as atividades econômicas na periferia distante nas próximas décadas.

O argumento básico é de que o desenvolvimento econômico contemporâneo implica concentração espacial das atividades econômicas. A extração vegetal e mineral, responsável por boa parte da ocupação da Amazônia, implica dispersão. A agricultura tradicional, motor da expansão da fronteira no pós-guerra, alcança ganhos de produção através da expansão "horizontal", incorporando novas terras sem aumentos de produtividade nas áreas já cultivadas. A agricultura moderna, por outro lado, que aumenta a produtividade da terra, de forma "vertical", exige infra-estrutura e integração no mercado, concentrando-se no espaço, à semelhança da indústria e dos serviços, aos quais está intimamente ligada.(16)

Assim, a modernização da agricultura no centro sugere debilitação da fronteira agrícola na periferia distante. À medida que a fronteira avança, os custos de transportes são cada vez maiores. A incorporação da floresta úmida, com características ecológicas peculiares, coloca desafios tecnológicos especiais. As melhores terras perdem rapidamente sua fertilidade, sobrando apenas terras de baixa qualidade.(17)

A fronteira mineral, por outro lado, deverá persistir, especialmente no Pará. Embora a mineração de matérias-primas como ferro e alumínio não esteja totalmente isenta dos mesmos processos de modernização e substituição por novos materiais produzidos com alta tecnologia em regiões ou países centrais, o processo leva mais tempo. Teores elevados podem compensar os custos elevados da extração na periferia. O beneficiamento primário dos minérios também implica custos ambientais que os países centrais preferem repassar. A mineração de ouro, por sua vez, tem uma dinâmica própria.

Os fatores sociais nos ajudam a entender melhor o processo. Poderíamos resumir a situação atual

como frustração do projeto de autonomia. Muitos migrantes foram levados à fronteira pelo sonho de terra, trabalho por conta própria, liberdade, autonomia. A maioria está descobrindo que terra sem infra-estrutura, crédito e acesso ao mercado pouco ou nada resolve. As dificuldades na Amazônia são exacerbadas pelos problemas ecológicos de baixa fertilidade dos solos e da luta incessante contra o mato, as pragas e doenças. Além do insucesso econômico, os migrantes se vêem privados dos serviços que já foram incorporados ao padrão de reprodução social da população rural ou "urbana" brasileira.

A geração anterior se embrenhou na mata amazônica para conseguir terra própria, mas a nova geração não parece ter a mesma disposição. Quer acesso a médicos, professores, comércios, meios de comunicação de massa...

Enfim, a fronteira acabou enquanto espaço alternativo que oferecia novas possibilidades de sobrevivência autônoma. Houve uma homogeneização do território nacional em termos da dificuldade de acesso a emprego e meios de produção, de modo que a fronteira não difere muito da metrópole. É nesse sentido que a fronteira "fechou". O que permanece bastante diferenciado, entretanto, é a possibilidade de acesso a serviços sociais e ao consumo moderno. Entre o mato periférico e a periferia urbana, o migrante brasileiro parece preferir cada vez mais a periferia urbana, onde pelo menos tem algum acesso à educação, saúde e consumo.

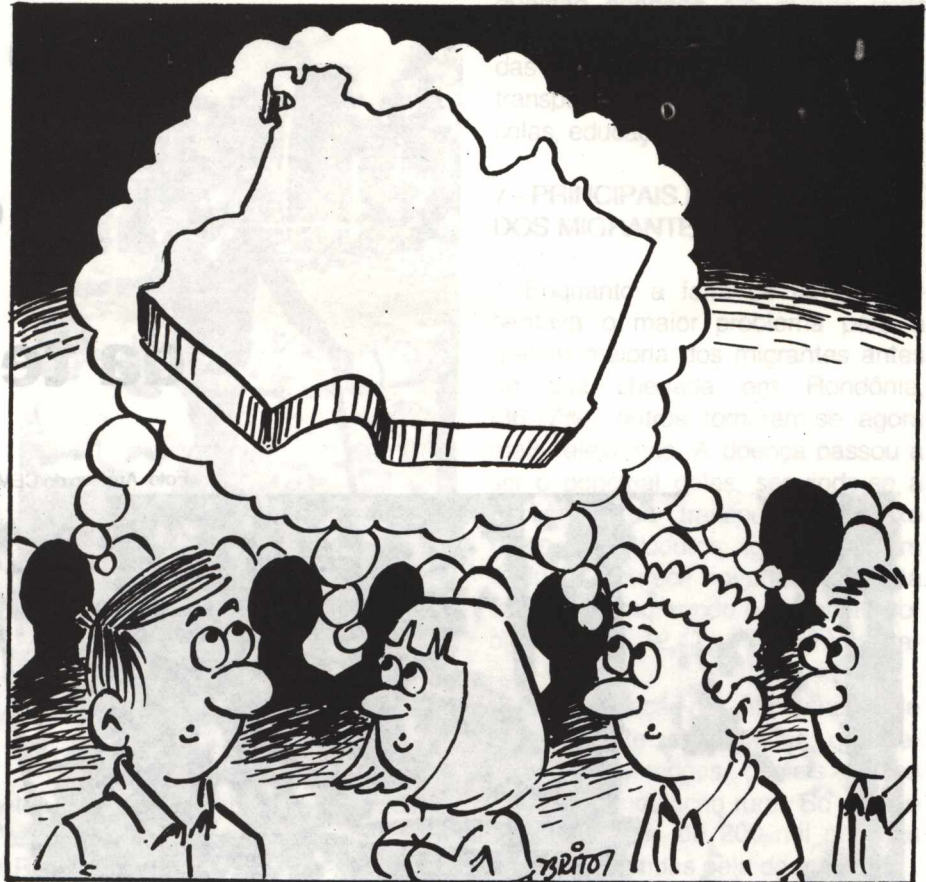
3 - IMPLICAÇÕES

A conclusão geral a que chegamos é de que a Amazônia não é "válvula de escape" e que a migração à fronteira não resolve os problemas do migrante, muito menos do país. Os que tentaram estão descobrindo que a terra sem homens não ajuda o homem sem terra. Como disseram alguns gaúchos amea-

çados de remoção para construção de uma barragem, tudo ao norte do Paraná é "malária".(18)

A implicação política desta análise é simples e séria. Significa que muito teria que ser feito para que o migrante encontrasse o que busca na Amazônia. Muito mais do que distribuição de terra. A distribuição de terra na Amazônia, sem as outras condições necessárias, simplesmente tiraria o migrante do jogo e deixaria ele a seus próprios meios. As outras condições dependem de muito mais do que a vontade política. Portanto, para o futuro imediato, há que se concentrar os esforços políticos no sentido de realizar, dentro das áreas de origem, as transformações necessárias para que o migrante não tenha que ir atrás de uma ilusão na selva amazônica.

(*) Com a colaboração de Haroldo da Gama Torres - Programa de Pós-Graduação em Demografia Cedeplar - Universidade Federal de Minas Gerais.



Notas

(01) O trabalho beneficiou-se de discussões no Grupo de Estudos da Amazônia (GEA).

(02) A bibliografia foi compilada em: **Inventário e avaliação da produção técnico-científica sobre migração na Amazônia Legal**. Belo Horizonte, Cedeplar, 1988.

(03) OLIVEIRA, Adélia Engrácia. Ocupação humana. In: SALATI, Eneas, et alii. **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo, Brasiliense, CNPq, 1983, p. 144-327.

(04) MARTINE, George. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo, Caetés, 1987, p. 59-79.

(05) SAWYER, Donald. Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 1(1/2):3-33.

(06) MARTINE, op. cit.

(07) **Boletim de Migração**, Porto Velho, 8(21):15, 1988.

(08) TORRES, Haroldo da Gama. Desistência e substituição de colonos em projetos de colonização de Rondônia: um estudo de caso. Trabalho apresentado no Encontro Regional Amazônia, Pipsa, Rio Branco, setembro de 1987.

(09) SAWYER, Donald. Urbanização da fronteira agrícola no Brasil. In: LAVINAS, Lena, org. **A urbanização da fronteira**. Rio de Janeiro, Publipur, UFRJ, 1987, p. 43-57.

(10) TORRES, Haroldo da Gama. A urbanização e o migrante de origem urbana na Amazônia. Trabalho apresentado no Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Olinda, setembro de 1988.

(11) ALVARES, José Marcus Pinto. Deslocamentos circulares da população rural do Projeto Machadinho, 1987. Belo Horizonte, 1988.

(12) Cálculos de José Antônio da Silva.

(13) PEREIRA, Alberto Carlos Lourenço. **Garrimpo e fronteira na Amazônia**. Belo Horizonte, 1988.

(14) SAWYER, Donald. A fronteira inacabada: industrialização da agricultura brasileira e debilitação da fronteira amazônica. In: ARAGON, Luis E.; MOUGEOT, Luc J.A., orgs. **Migrações internas na Amazônia: contribuições teóricas e metodológicas**. Belém, Naea, UFPA, 1986, p. 54-90.

(15) MARTINE, George; ARIAS, Alfonso Arias. Modernização e emprego no campo. In: MARTINE & GARCIA, op. cit., p. 41-57.

(16) SAWYER 1986.

(17) REIS, Márcio Carneiro dos. Trabalho sobre desenvolvimento regional em Rondônia apresentado no Grupo de Estudos da Amazônia.

(18) Carlos Vainer. Comunicação pessoal.

“O real não está na saída nem na chegada:
ele se dispõe para a gente
é no meio da travessia”

Guimarães Rosa
Grande Sertão Veredas